



A História Militar Ainda tem Utilidade?¹

Jay Luvaas*

Traduzido de The Evolution of Modern Warfare, publicação da U. S. Army Command and General Staff College (edição de julho de 1990, páginas 8 a 14). Publicado originalmente na revista Parameters (edição de março de 1982), órgão da U. S. Army War College.

Houve uma época, antes do advento da bomba atômica e de sua prole mais destrutiva, antes das bombas inteligentes e do gás dos nervos, antes da tecnologia dos computadores e dos jogos de guerra, em que os militares consideravam a leitura da História um passatempo útil. Muitos dos que atingiram as culminâncias da profissão das armas defenderam a utilidade do estudo da História Militar.

Essas, entretanto, em sua maior parte parecem vozes do passado. MacArthur, criado na tradição da família e conhecedor dos mais de 4.000 volumes da biblioteca herdada do pai, nunca deixou de ter um exemplo

histórico para apoiar seus pontos de vista; Krueger, como jovem oficial, traduzia livros e artigos da literatura militar alemã; Eisenhower passou horas sem conta ouvindo o erudito Fred Conner discorrer sobre o que podia ser aprendido com a História Militar; Marshall e seus colegas na Escola de Estado-Maior do Exército reconstruíram as campanhas da Guerra Civil a partir de relatórios escritos após os combates; Patton encontrou tempo para ler, em 1943, um livro sobre a conquista normanda da Sicília, ocorrida quase nove séculos antes, e para meditar sobre “os muitos pontos em comum com nossas operações”;² e Eichelberger buscou

* Professor de História da Faculdade Alleghery (Meadville — Pennsylvania).

1. Selecionado pelo PADECEME.

2. Citado em *The Patton Papers*, de Martin Blumeson, Vol II (Boston: Houghton Mifflin, 1974) p. 283.

na memória um trecho que lera dez anos antes nas *Memórias* de Grant (leitura obrigatória para todos os oficiais) e assim fortalecer sua determinação de levar a cabo o ataque a Buna. Todos estes chefes do Exército eram admiravelmente bem versados em História.

Assim eram também alguns de seus superiores civis. O presidente Franklin D. Roosevelt era um ávido leitor de história naval e Harry Truman, com frequência, reconhecia as oportunas lições colhidas da História ao longo de toda uma vida: "*Ler História, para mim, foi muito mais do que uma romântica aventura. Representou instruções seguras e sábios ensinamentos de que, de alguma forma, eu... necessitava... Parecia que se eu pudesse compreender os verdadeiros fatos acerca do... desenvolvimento do governo dos Estados Unidos e se pudesse conhecer os detalhes das vidas de... seus líderes políticos, eu estaria dando a mim mesmo uma valiosa... educação... Não conheço melhor maneira de conseguir uma sólida base em ciência política e administração pública do que estudar as histórias das administrações passadas do melhor sistema de governo do mundo.*"³

Como a profissão militar é "prática", voltada grande parte do tempo para a solução de problemas, os militares — como os engenheiros e os cientistas — tendem a ser pragmáticos acerca do significado da palavra "utilidade". A História tem utilidade quando oferece lições, especialmente lições que sirvam como modelos de tática e estratégia que possam ser aplicados diretamente a alguma situação atual. Ela é "útil" para ilustrar pontos da doutrina e para incutir, no jo-

vem oficial, os valores militares adequados ou a valorização de nossa herança militar. O homem "prático" frequentemente vasculha o passado em busca de alguma fórmula mágica que possa assegurar o sucesso na guerra, como a teoria de envolvimento do Marechal-de-Campo von Schlieffen ou a estratégia de ação indireta do Capitão Liddell Hart.

Essas idéias inevitavelmente determinam a maneira pela qual a História Militar é ensinada. Como ensinar é uma importante missão do oficial em tempo de paz e como, no Exército, *ensinar* normalmente significa *explicar*, aceita-se, com frequência, que História, para ser ensinada, precisa ser explicada. A ênfase, portanto, recai em organizar e apresentar informações sob a forma de palestras elucidativas, normalmente profusamente ilustradas, em que a quantidade de respostas corretas é superior ao número das incômodas perguntas presentes nas mentes de todas as pessoas envolvidas. A inferência que a maior parte dos alunos, se não o instrutor, faz, é que a pessoa que se lembrar da palestra terá, de alguma maneira, aprendido História. É um engano que todos nós cometemos.

Também é verdade que nenhum outro campo da História está submetido, como a História Militar, a pressões para produzir respostas "práticas" a algum problema atual. Se a História Militar não pode dar essas respostas, por que estudá-la? O especialista em diplomacia renascentista raramente é solicitado a emitir seu parecer sobre política externa; em vez disso, deixam-no concentrar seu pensamento sobre a guerra fria com os turcos no século XV. Da mesma forma, o estudioso que passou a vida inteira estudando as ramificações da Revolução Francesa também não é considerado apto a ser consultado quando surgem notícias de mais um

3. Harry S. Truman, *Memoirs*, Vol I: Years of Decision (Garden City, N.Y.: Doubleday, 1955) p. 119.

golpe palaciano em alguma republiqueta latino-americana. Mas deixem um historiador, ou mesmo um jornalista, incursionar por algum canto remoto da História Militar e, normalmente, estará criada a expectativa, e até mesmo a tentação, de que ele funcione como analista militar de assuntos da atualidade.

Talvez pensemos dessa maneira porque somos muito ignorantes tanto acerca dos fatos quanto da natureza da História. Na escola secundária, a História da Europa não é mais estudada, tendo sido substituída por algo chamado de “Civilização Ocidental”. Conhecemos assustadoramente pouco da História de outras sociedades e, na maior parte, infelizmente, nos importamos ainda menos com isso. Os estudantes, votando com seus pés em faculdades e universidades em toda a nação, fizeram o número de matrículas nos cursos de História cair verticalmente, na medida em que se voltavam para carreiras “mais práticas”, como Economia, Psicologia, Biologia, Engenharia e Administração de Empresas. Nas escolas do Exército, a História tornou-se uma vítima da Guerra do Vietnam; não há dúvida de que, agora, a ênfase está na instrução. Mesmo na Academia Militar, o curso obrigatório de Arte Militar foi severamente reduzido há vários anos atrás e só recentemente recuperou sua posição lógica no currículo. A propósito, quantos dos oficiais que investiram suas horas de folga para conseguir um título de mestrado ou doutorado o fizeram na área da História? No atual corpo de oficiais, raramente essa matéria é considerada “utilizável”.

Mais objetivamente, será que o Exército de hoje é uma instituição tão voltada para a História como no passado? Pois, sem uma

compreensão, ainda que rudimentar, da História e de seus processos, não há como fazer o passado oferecer lições objetivas para o futuro. O professor Pieter Geyl, um destacado historiador holandês, lembra-nos ser inútil falar das “lições da História”, quando o historiador “*é, no final das contas, apenas um homem sentado à sua mesa*”.⁴ As lições que aprenderíamos são as dele — o fruto do trabalho dele, a criação da imaginação dele, talvez a idéia que ele queira vender ao leitor. Pois, como disse um general alemão há cem anos atrás, “*sabe-se bem que a História Militar, quando estudada superficialmente, fornecerá argumentos em apoio a qualquer teoria ou opinião*”.⁵

FALÁCIAS COMUNS

Talvez o erro mais freqüente, no que diz respeito ao abuso da História, seja tomar exemplos históricos fora do contexto. Se retirada do seu contexto histórico, que é sempre único, uma batalha ou campanha deixa de oferecer lições significativas. Segundo Napoleão, “*o velho Frederico ria disfarçadamente, durante as paradas em Potsdam, quando percebia jovens oficiais franceses, ingleses e austríacos tão entusiasmado com a manobra da ordem oblíqua, que, em si, só servia para que uns poucos ajudantes-gerais ganhassem fama*”. Napoleão percebeu que o segredo dos sucessos de Frederico não era a ordem oblíqua, mas sim o próprio Frederico. “*Os gênios agem por inspiração*”, concluiu Napoleão. “*O que é bom num caso é ruim em outro.*”⁶

4. Pieter Geyl, *Napoleon For and Against* (New Haven: Yale Univ. Press, 1963) p. 15.

5. Citado em *Letters on Artillery* do Príncipe Kraft zu Hohenloher-Ingelfingen, 2ª ed. (Londres: Edward Stanford, 1890 p. 108.

6. *Memoirs of the History of France during the Reign of Napoleon*, ditado pelo Imperador em Santa Helena... (7 Vols; Londres: Henry Colburn e Companhia, 1828) VI 18-27; Ernest Picard, *Precepts et jugements de Napoleon* (Paris: Berger-Leroul, 1913) pp. 405-06.

Baseando-se no exaustivo exame de 30 campanhas de Frederico e de Napoleão, Jomini deduziu certos princípios e máximas imutáveis, por ele proclamados como eternos e universais. Se tais máximas não produzissem grandes generais, “*pelo menos deixariam os generais suficientemente preparados para ocupar o segundo lugar, na relação dos grandes capitães*” e assim serviriam como “*a verdadeira escola para generais*”.¹²

Com efeito, Jomini disse o seguinte para futuras gerações de jovens oficiais: “*Senhores, eu não encontrei um único exemplo em que meus princípios, corretamente aplicados, não conduzissem ao sucesso. Eles estão fundamentados em meu conhecimento sem igual das campanhas de Napoleão, muito do qual aprendido em primeira mão, e das obras básicas de Thiers, Napier, Lloyd, Tempelhof, Foy e do Arquiduque Carlos. Graças ao meu trabalho, vocês não precisam investir anos de seu próprio tempo para examinar essas volumosas histórias. O próprio Napoleão não confessou: ‘Tenho estudado muito História e com frequência, por falta de um guia, tenho sido obrigado a perder um tempo considerável em leituras inúteis’? Vocês têm apenas que estudar meus princípios e aplicá-los fielmente, pois existe um princípio fundamental em todas as operações de guerra que vocês, por seu próprio risco, negligenciam.*”¹³

Jomini teve muitos discípulos famosos e seus livros foram quase todos escritos na suposição de que batalhas e campanhas, antigas e modernas, tiveram sucesso ou fracassaram segundo o grau de adesão aos princípios de guerra explicados por aquele teórico

e confirmados pelos “constantes ensinamentos da História”. Entretanto, enquanto Jomini lia História, seus seguidores liam... Jomini e assim se distanciariam um degrau da História e de seus processos.

O aparecimento da doutrina (até a Guerra Civil Americana havia apenas manuais de ordem unida) e a introdução de seções de História na maior parte dos estados-maiores europeus, após as vitórias da Prússia, em 1866 e 1870, significaram que, pelo menos do ponto-de-vista do militar profissional, a História Militar estava cada vez mais ligada à doutrina e, ainda mais especificamente, aos princípios de guerra, à medida em que estes eram redescobertos e aperfeiçoados. Desde a Primeira Guerra Mundial virou moda usar a História para ilustrar os princípios de guerra oficiais, enunciados de diversas maneiras.

Existem três perigos inerentes a esse enfoque. Em primeiro lugar, quando usada dessa maneira, a História pode apenas *ilustrar* alguma coisa já percebida como verdade. Ela não pode provar sua validade ou levar a novas descobertas. É nesse campo que, provavelmente, a maior parte dos militares trava contato com a matéria, e eles deveriam ouvir o alerta de Clausewitz, de que se “*algum evento histórico está sendo apresentado para demonstrar uma verdade genérica, é preciso tomar cuidado para que cada aspecto relativo à verdade em questão seja inteira e minuciosamente exposto e cuidadosamente apresentado... ao leitor*”. Em outras palavras, o teórico deve ser um excelente historiador. Clausewitz chega ao ponto de sugerir que, embora os exemplos históricos tenham vantagem de “ser mais reais e de tra-

12. Barão de Jomini, *Summary of the Art of war...* (New York: Greenwood Press, 1954) p. 329.

13. A citação de Napoleão é encontrada em suas “Observações sobre o plano de estabelecer uma escola

especial de Literatura e História na Faculdade da França”, 19 de abril de 1870, *Correspondences de Napoleon I^{er}* (32Vol: Paris: Imprimerie Imperiale, 1858-70), XV. 107-10.

zer vida à idéia que estão ilustrando,” se a finalidade da História é de explicar a doutrina, “um caso hipotético faria o mesmo”.¹⁴ Além do mais, usar a História basicamente para ilustrar princípios já aceitos significa na verdade pôr o carro adiante dos bois. Se se começa com algo percebido como verdade e se usa a História para buscar confirmação ou ilustrações, pode não haver “lições aprendidas”. Como poderia haver?

Um segundo inconveniente em ligar a História à doutrina reside na tendência natural de deixar essa última assumir o papel de juiz de fatos históricos. Sir William Napier, que tinha muito respeito pelas teorias de Jomini, usava suas máximas como base para fazer julgamentos históricos acerca da competência dos generais franceses e britânicos em sua obra clássica *História da Guerra na Península*. Da mesma forma, o Major-General Sir Patrick MacDougall “descobriu” que essas máximas também podiam servir de critério para julgar a atuação de Anibal. E o livro *Campanhas Americanas*, de autoria de Matthew F. Steele, publicado em 1909 e que permaneceu como texto adotado na Academia Militar e outras escolas do Exército até depois da Segunda Guerra Mundial, empregava as máximas de Jomini, von der Goltz e outros teóricos do final do século XIX como base de comentários históricos sobre o desempenho de comandantes americanos.

O mais sério de tudo é a facilidade e a freqüência com que a doutrina, na verdade, distorceu a História. No final do século XIX isso aconteceu com freqüência, na medida

em que cada exército europeu desenvolveu e se tornou prisioneiro de sua própria doutrina. Essa é a razão básica pela qual as lições táticas e estratégicas da Guerra Civil, em muitos aspectos a primeira guerra moderna, foram ignoradas.¹⁵ Até mesmo as bem elaboradas histórias do Estado-Maior alemão sobre as guerras de Frederico, o Grande, e de libertação, contra Napoleão, nunca deixaram de comprovar a correção da doutrina germânica de então.¹⁶ E a história oficial alemã sobre as Guerras dos Boeres e Russo-Japonesa igualmente serve para demonstrar, acima de tudo, a contínua validade de sua doutrina. Os boeres tinham aplicado aquela doutrina e portanto venceram, pelo menos nas primeiras batalhas, antes que o peso dos números, por si só, pudesse influir no resultado final. A doutrina britânica era falha, se é que os britânicos possuíam doutrina, e portanto eles sofreram repetidas derrotas. Os alemães tinham instruído o Exército japonês e este tinha sido vitorioso em 1904-1905, “provando” novamente a superioridade da doutrina germânica. Tivesse um historiador experiente, em vez de um oficial servindo na Seção de História Militar, analisado as mesmas campanhas, seguramente teria feito algumas perguntas reveladoras sobre as diferenças em disciplina, moral e liderança dos dois exércitos. Por exemplo: a cavalaria japonesa venceu por causa de uma doutrina superior, baseada na ação de choque, ou porque era mais disciplinada e possuía melhores chefes? Para o corpo de oficiais daqueles dias os resultados demonstraram a fraqueza dos conceitos adotados pela infantaria

14. Clausewitz, *On War*, pp. 171-72

15. Ver Jay Luvaas, *The Military Legacy of The Civil War* (Chicago: Univ. Of Chicago Press, 1959) pp. 119-69.

16. Ver Alfred Vagts, *A History of Militarism*, edição re-

visada (New York: Meridian Books, 1959) p. 26; observações de A.L. Conger em *Proceedings of the Conference on Military History, Annual Report of the American Historical Association for the year 1912* (Washington: GPO, 1914) pp. 162-74.

ria montada russa para enfrentar a ação de choque, ainda que, 10 anos mais tarde, numa guerra que, no início, era acentuadamente semelhante quanto às condições reinantes no campo-de-batalha, essa ação de choque em nenhum lugar conseguiu prevalecer por muito tempo.

Assim, a História Militar produzida por Jomini e seus discípulos viu-se, no final, moldada pelo compromisso com a doutrina, e a tendência natural da maioria dos militares profissionais antes da Primeira Guerra Mundial era de encontrar explicações para as exceções à regra oficial, em vez de usar a História como meio para testá-la e aperfeiçoá-la.

OS FATOS NA HISTÓRIA

Embora nem sempre seja evidente em uma conferência ou livro, nunca podemos estar absolutamente seguros – e portanto de acordo – sobre o que realmente aconteceu na História. Frederico e Napoleão sabiam bem disso. Ambos, céticos das motivações da História e da confiabilidade de seus fatos, demonstravam saudável ceticismo acerca da possibilidade de a mente humana recriar um acontecimento tal como ele realmente aconteceu.

“Os verdadeiros fatos são muito difíceis de apurar,” queixou-se Napoleão. “Existem tantas verdades!”¹⁷

“O fato histórico... é, com frequência, uma simples palavra. Ele não pode ser averiguado quando os acontecimentos realmente ocorreram, no calor do choque das pai-

*xões; e se, mais tarde, houver consenso, é somente porque não sobrou ninguém para contradizer... O que é... a verdade histórica?... Uma verdade baseada na ficção... Existem fatos que permanecem em eterna discussão.”*¹⁸

Um oficial do estado-maior da União, cujo Corpo suportou o peso da carga de Picket na Batalha de Gettysburg, expressou-se de outra maneira:

“Um relato completo da batalha, tal como ocorreu, nunca será, nunca poderá, ser feito. Quem poderia retratar as cargas e luta constante daquele sangrento panorama! É impossível. Os relatórios oficiais podem apresentar os resultados quanto às perdas, com listas de ataques feitos e rechaçados; também podem fazer constar os meios pelos quais os resultados foram alcançados... mas a ligação entre os meios e os resultados, a maneira como tudo se passou, a batalha propriamente dita, isso os relatórios tocam ligeiramente. Duas razões principais respondem pela inadequação geral desses relatórios oficiais... a redação deficiente de quem os preparou e o fato de que essas pessoas não viam a si mesmas e a seus comandos como outros os teriam visto. E as facções, os partidos e a política já estão interferindo com suas exigências desmedidas... Um relato justo, abrangente, completo dessa batalha, que foi maior do que a de Waterloo, jamais será escrito. Aos poucos, partindo do caos produzido pelo lixo e falsidades dos jornais; da massa desconexa de relatos e das tradições e lendas que se originam do campo de batalha, alguém que nunca viu a batalha selecionará os fatos e alguma pena escreverá o que será denominado a Histó-

17. Citado em J. Christopher Herold, *The Mind of Napoleon* (New York: Columbia Univ. Press, 1955) p.50.

18. *Ibid*

ria. *É com isso que o mundo e nós, se estimos vivos, devemos nos contentar.*"¹⁹

O autor das palavras acima compreendeu intuitivamente que, tão logo o historiador começa a colocar ordem em algo tão caótico como uma batalha, ele a distorce. Para que sua narrativa tenha algum significado para o leitor, ele precisa simplificar e organizar a "massa desconexa de relatos". Por falta de espaço, ele precisa omitir incidentes que não contribuíram para o resultado final; precisa resolver controvérsias e não simplesmente relató-las; e reconhecer que nem todo general é sincero, nem todo relatório, completo e nem toda descrição precisa. As ordens nem sempre são executadas e nem toda ordem é relevante para a situação. Em Gettysburg os relógios dos dois exércitos estavam acertados com uma diferença de 20 minutos e, depois da batalha, Lee determinou a alguns de seus subordinados que reescrevessem seus relatórios, para evitar discordâncias desnecessárias. Pode-se bem afirmar que *"no dia da batalha as verdades nuas podem ser colhidas e interrogadas; na manhã seguinte elas já começaram a vestir seus uniformes"*.²⁰

Durante a Primeira Guerra Mundial, o general alemão Marx Hoffman confidenciou ao seu diário: *"Pela primeira vez em minha vida, vi a 'História' de perto e sei que seu verdadeiro processo é muito diferente do que é apresentado para a posteridade."*²¹ *Plutarch Lied* é o título descritivo de uma apaixonada acusação à liderança militar francesa, no outro lado da terra-de-ninguém:

*"Homens que ontem pareciam destinados ao esquecimento hoje alcançaram a imortalidade. Será que alguma nova virtude foi-lhes instilada, será que algum mágico os tocou com sua vara de condão?... Os historiadores civis têm estudado os acontecimentos históricos segundo um ponto de vista exclusivamente militar. Longe de confiar em seu próprio julgamento, eles não consideraram respeitoso exercer seu poder de crítica sobre fatos afiançados por um corpo de especialistas. Uma idolatria por tudo que se refira ao exército os fez ter olhos que não vêem e memórias que se esquecem das próprias experiências... Uma incrível conspiração existe na França neste momento. Ninguém ousa escrever a verdade."*²²

Mesmo com a melhor das intenções e mente imparcial, é difícil reconstruir o que realmente aconteceu na História. Esta verdade foi expressa de forma eloqüente por um piloto francês realizando um vôo de reconhecimento em Arras, em maio de 1940, quando ele refletiu sobre o caos que tomava conta de uma sociedade moribunda, 10.000 metros abaixo.

"Ah, o quadro que os historiadores irão traçar disso tudo! As perspectivas que eles inventarão para dar forma a este caos! Eles reunirão a palavra de um ministro, a decisão de um general, a discussão de um grupo de trabalho e desse desfile de fantasmas irão desenvolver conversações históricas, nas quais encontrarão opiniões inteligentes e graves responsabilidades. Inventarão acordos, resistência, apelos emocionais, covar-

19. Frank L. Byrne e Andrew T. Weaver, eds. *Haskell of Gettysburg* (Madison: State Historical Society of Wisconsin, 1970) pp. 200-01.

20. Ian Hamilton, *A Staff Officer Scrap-Book during the Russo-Japanese War* (2 Vol, Londres: E. Arnold, 1906)

1, v.

21. B.H. Liddell Hart, *Thorough the Fog of War* (Londres: Faber and Faber, 1938) p. 227.

22. Jean de Peirrefeu, *Plutarch Lied*, (New York: Alfred A. Knopf, 1924) pp. 10,23.

dias... Os historiadores esquecerão a realidade. Inventarão homens de reflexão, ligados por fibras misteriosas a um universo inteligível, possuindo idéias corretas e argutas, tomando graves decisões de acordo com as leis mais puras da lógica cartesiana.”²³

Mesmo onde pode haver acordo sobre os fatos haverá desacordo entre os historiadores. “Esperar da História aquelas conclusões finais que talvez possam ser obtidas em outras disciplinas é... não compreender sua natureza.” Algo parecido com o método científico ajuda a definir os fatos, mas a função do historiador também é explicar, interpretar e discriminar e aqui “o elemento pessoal não pode mais ser eliminado... A verdade, embora para Deus seja única, para os homens assume muitas formas”.²⁴

Isso explica a afirmativa, frequentemente citada, de Henry Adams, o famoso historiador americano: “Muito escrevi sobre História para acreditar nela. Assim, se alguém quiser discordar de mim, estou preparado para concordar com ele.”²⁵ Ninguém, sem conhecer um pouco de História, poderia compreender o que Adams quis dizer com essa frase aparentemente cínica. Certamente ele não quis dizer que a História, por carecer de objetividade e precisão infalíveis, não tenha uso prático para nós. Muito ao contrário. Reconhecer a frágil

estrutura da História é o primeiro passo importante para sua compreensão, e isso é muito mais importante para colocá-la a nosso serviço do que a fé cega na validade de fatos isolados. A História tende a provocar mais perguntas do que respostas e as perguntas que lhe são feitas determinam a extensão em que a matéria pode ser considerada utilizável.

TORNANDO A HISTÓRIA INSTRUTIVA

Então, o que o militar profissional pode esperar aprender com a História? Se ela não pode oferecer lições abstratas, aplicáveis de modo indiscriminado ou universal; se não pode provar certos princípios reverenciados ou a doutrina oficial; se está sujeita a discussões e interpretações intermináveis;

“A História tende a provocar mais perguntas do que respostas e as perguntas que lhe são feitas determinam a extensão em que a matéria pode ser considerada utilizável.”

qual é afinal o sentido de se estudá-la?

Nesse ponto, Napoleão, cujos textos e campanhas constituíram a base para o estudo de todos os principais teóricos militares durante cem anos após sua morte,²⁶ oferece uma útil resposta em sua primeira grande campanha. Quando assumiu o comando do Exército francês, em 1796, na Itália, ele levou consigo a história de uma campanha conduzida no mesmo teatro pelo Marechal Maillebois, meio século antes, e mais de uma autoridade já notou a semelhança entre as

23. Antoine de Saint Exupery, *Flight to Arras* (New York: Reynal & Hitchcock. 1942) pp. 133-35.

24. Geyl, pp 15-16.

25. Citado por B.H. Liddell Hart em, *Why don't we learn from History?* (Londres; George Allen & Unwin, 1946) p. 10.

26. Nossos princípios de guerra básicos apareceram

em sua forma moderna, inicialmente, nas primeiras obras de J.F.C Fuller, que por sua vez os deduziu da leitura da versão impressa das *Correspondences* de Napoleão. J.F.C Fuller, *The Foundations of the Science of War* (Londres: Hutchinson & Son, sem data) pp. 13-14.

duas campanhas. “Em ambos os casos procurou-se separar os aliados e batê-los por partes; em ambos os casos os mesmos passos através dos Alpes Marítimos foram utilizados e, em ambos os casos, os objetivos iniciais foram os mesmos.”²⁷ Em 1806, quando Napoleão enviou o comandante de sua cavalaria, Murat, para reconhecer a fronteira da Boêmia, determinou-lhe que levasse uma história da campanha feita pelos franceses, naquela região, em 1741. E três anos mais tarde, aprovou o local para o lançamento de pontes de pontões em Lins, porque o Marechal Saxe tivera sucesso na construção de duas pontes naquele ponto, em 1740. Em 1813, ele remeteu a um de seus marechais “um relato da batalha travada por Gustavo Adolfo em posições semelhantes àquelas que você ocupa agora”.²⁸

É óbvio que a História foi útil a Napoleão não tanto como um modelo a ser servilmente seguido, mas porque ofereceu meios de tirar proveito das experiências vividas anteriormente por outros. Liddell Hart nos lembra que a História “*é a experiência universal infinitamente maior, mais ampla e mais diversificada do que a experiência de qualquer indivíduo. Com que frequência ouvimos pessoas alegarem conhecimento do mundo e da vida porque têm sessenta ou setenta anos?... Não há desculpa para qualquer pessoa instruída cujos conhecimentos abranjam um período inferior a três mil anos*”.²⁹

Por esse raciocínio, Patton tinha pelo menos 900 anos, depois que estudou a conquista normanda da Sicília.

Napoleão também propôs, em 1807, o estabelecimento de uma escola especial de História na Faculdade da França, que teria aplicação prática para oficiais. Historiadores experientes ensinaram o oficial-aluno a realizar julgamentos históricos corretos, pois Napoleão compreendia que “a maneira certa de ler História é, em si, uma ciência”. Ele considerava as Guerras da Revolução Francesa “férteis em ensinamentos úteis”, embora aparentemente não tivesse havido um esforço sistemático para aproveitá-los. Isso também “seria uma importante função dos professores na escola especial de História”. Foi por razões semelhantes que Napoleão ordenou a seu ministro da Guerra, em 1811, que determinasse ao Arquivo de Guerra a preparação de registros abrangentes dos sítios e ataques a cidades fortificadas capturadas pelo Exército francês na Alemanha, não para publicação, mas para uso como referência rápida. E ele não desestimulou a impressão de um volume semelhante sobre os sítios na Espanha.³⁰

Assim, Napoleão imaginava a História como tendo finalidade semelhante à das publicações da Antiga Divisão Histórica e de seu último sucessor, o Centro de História Militar. Ele teria aplaudido o surgimento do *Guia para Estudo e Uso da História Militar*,³¹ pois alguma maneira teria que ser encontrada para guiar o oficial-aluno no “verdadeiro labirinto” de estudos de campanhas, tratados técnicos e memórias. Assim como Frederico, que via a História como “uma revista de idéias militares”,³² Napoleão teria ficado maravilhado com as histórias oficiais

27. J. Holland Rose, *The Personality of Napoleon* (Nova York: G.P. Putnam's Sons, 1912) pp. 95-97.

28. Camon, *Pour Apprendre l'art de la Guerre* (Paris: Berger-Lerault, sem data) p.4.

29. Liddell Hart, *Why don't we learn from History?* p. 7-8.

30. Napoleon, *Correspondence*, XV, 107-10; XXI, 378-

79.

31. John E. Jessup Jr. e Robert W. Coakley, *A Guide to the Study and Use of Military History* (Washington: US Army, Center of Military History, 1979).

32. Frederick, *The History of the Seven Years War* (2 Vol; Londres: G.G.J e J. Robinson, 1789) I, xii.

das campanhas da Segunda Guerra Mundial, da Coréia e do Vietnã e com as extensas monografias sobre assuntos especializados, como mobilização, logística e apoio de saúde.

Em Santa Helena, Napoleão falou da necessidade de publicar os manuscritos existentes na Biblioteca Imperial, como meio de lançar bases sólidas para os estudos históricos. Provavelmente uma das primeiras propostas desse tipo, ela antecipou em meio século a decisão do Departamento de Guerra dos Estados Unidos de publicar, em 128 grossos volumes, O Registro Oficial dos Exércitos da União e da Confederação, uma rara compilação dos relatórios pós-ação e da correspondência dos chefes nortistas e sulistas. Napoleão também deu a primeira impulsão à História Militar oficial, quando criou uma seção de história no Estado-Maior e nomeou o Barão Jomini para chefia-la.³³

Sua mais duradoura sugestão, contudo, foi o conselho que deu no leito de morte a seu filho: “Deixem-no ler e meditar sobre as guerras dos Grandes Capitães: é a única maneira de aprender a arte da guerra.”³⁴

Como, de vez em quando, ele mencionasse certos “princípios da arte da guerra”, pensa-se freqüentemente que Napoleão tenha querido dizer que o estudo dos Grandes Capitães é valioso porque leva à descoberta de princípios duradouros ou porque ilustra sua aplicação nas mãos de um gênio. Embora reconhecendo que esses Grandes Capitães “tinham alcançado o êxito apenas por terem obedecido aos princípios”, com isso fazendo da guerra “uma verdadeira ciência”,

Napoleão apresentou razões mais fortes para o estudo das campanhas de Alexandre, Anibal, César, Gustavo Adolfo, Turenne e Frederico:

“A tática, as evoluções no campo-de-batalha e a ciência do engenheiro e do artífice podem ser aprendidas em livros, de forma muito parecida com a geometria, mas só se adquire o conhecimento dos mais altos níveis da guerra pelo estudo das guerras e batalhas dos Grandes Capitães e pela experiência. Isso não tem regras fixas e precisas. Tudo depende do caráter que a natureza deu ao general, de suas qualidades, de seus defeitos, da natureza de suas tropas, do alcance de suas armas, da estação do ano e de milhares de circunstâncias que nunca são as mesmas.”

Os Grandes Capitães, portanto, deveriam servir como nossos “grandes modelos”. Somente imitando-os, compreendendo as causas de suas decisões e estudando as razões de seus sucessos os modernos oficiais poderiam “esperar aproximar-se deles”.³⁵

Napoleão concordava com Frederico, que considerava a História como “a escola de príncipes” – isto é, daqueles que estão destinados a comandar exércitos – e que escreveu suas memórias de maneira sincera, a fim de que seus sucessores pudessem conhecer “a verdadeira situação... as razões que me impeliram à ação; quais eram meus meios, quais as ciladas de nossos inimigos”, a fim de que pudessem beneficiar-se de meus erros “para evitá-los”. E tanto Napoleão quanto Frederico teriam endossado a observação de Liddell Hart de que “a História é

33. Rose, p. 244; S. J. Watson, *By Command of the Emperor: A Life of Marshal Berthier* (Londres: The Bodley Head, 1957) p. 185. Napoleão pode ter sido de fato o primeiro a distorcer a história oficial de uma campanha, ao pressionar o historiador para torcer sua nar-

rativa a fim de atender aos próprios objetivos. Ver General Camon, *Genie et Metier chez Napoleon* (Paris: Berger-Lerault, 1930) pp. 33-44.

34. Herold, pp. 255-56.

35. Napoleon, *Correspondence*, XXXI, 365.

um catálogo de erros. E nosso dever é tirar proveito deles”.³⁶

Enquanto Jomini se concentrava em máximas, Frederico e Napoleão focalizaram sua atenção em homens. Eles ressaltaram a necessidade do comandante ver a situação militar com a ótica de seu adversário e do estudante militar ficar a par do método de raciocínio dos chefes vitoriosos. Foi esse o conselho que o Príncipe Eugênio, amigo íntimo de Marlborough e o maior dos comandantes que serviram os Habsburgos, deu ao jovem Frederico, quando este, como herdeiro do trono, acompanhou o contingente prussiano que servia com o Exército Imperial no Reno, em 1734. Depois que se tornou o mais destacado general de sua época, Frederico insistiu com seus próprios oficiais para que, quando estudassem as campanhas do Príncipe Eugênio, não se contentassem em simplesmente memorizar os detalhes de suas proezas, mas que “examinassem por completo suas idéias gerais e, particularmente, aprendessem a pensar como ele”.³⁷

Esta ainda é a melhor maneira de tornar a História utilizável. “A finalidade da História”, escreveu Patton pouco antes de sua morte, *é aprender como o ser humano reage, quando exposto a perigos de ferimentos e de morte, e como os ocupantes de altos cargos reagem quando submetidos às pesadas responsabilidades de conduzir a guerra ou os preparativos para ela. A aquisição de conhecimentos referentes às datas e lugares onde certos eventos ocorreram não tem importância...*³⁸

O futuro Marechal-de-Campo Conde Wavel ofereceu conselho semelhante a uma

turma da Escola de Estado-Maior britânica, pouco antes da Segunda Guerra Mundial:

“A verdadeira maneira de tirar proveito do estudo da História Militar é selecionar determinadas situações e, tanto quanto possível, colocar-se na pele do homem que tomou a decisão e verificar como você poderia tê-la aperfeiçoado.”

“Pelo amor de Deus”, advertiu Wavell, não considerem os chamados princípios de guerra escritura sagrada, como os Dez Mandamentos, que devem ser decorados e que, pela repetição possuem algum poder mágico, como as poções de primitivos sacerdotes. Eles são simplesmente um conjunto de máximas de bom senso, como ‘faça a roupa de acordo com a fazenda’, ‘uma pedra que rola não pega musgo’, ‘a honestidade é a melhor política’ e assim por diante.”

Simplesmente decorar a frase “faça a roupa de acordo com a fazenda” não ensina ninguém a ser alfaiate e Wavell lembrou, à sua audiência, que não existem dois teóricos que adotem exatamente o mesmo conjunto de princípios, os quais, afirmava ele, “são todos, simplesmente, bom senso e... instintivos para o militar adequadamente instruído”.

“Aprender que Napoleão, em 1796, com 20.000 homens, derrotou forças aliadas que atingiam um efetivo de 30.000, por meio de algo chamado ‘economia de força’ ou ‘operação em linhas interiores’ é simples perda de tempo. Se vocês compreenderem como um homem jovem e desconhecido inspirou uma multidão faminta, maltrapilha e meio bolchevizada; como ele encheu seus estômagos; como marchou mais depressa, foi mais

36. Frederick *The History of my Own Times* (G.G.J e J. Robinson, 1789, ix; Liddell Hart, *Thoughts on War* (Londres: Faber and Faber, 1944) p. 138.

37. *Frederick the Great on the Art of War*, p. 50.

38. Blumenson, II, 750.

astucioso, venceu pelo blefe e derrotou homens que haviam estudado a guerra a vida inteira e a tinham conduzido de acordo com os livros-textos da época, então vocês terão aprendido alguma coisa de valor.”

Entretanto, o militar não vai aprender isso em textos militares.³⁹

Algumas vezes a História Militar é tratada, tanto em textos como em conferências, como se ela existisse, basicamente, para o futuro comandante em campanha. Frederico, em suas obras, poderia ter adotado parte desse enfoque; porém, escreveu mais sobre assuntos práticos – como alimentar e instruir um exército, como coletar e avaliar inteligência e como tratar populações amigas e hostis – do que sobre estratégia. Napoleão, igualmente, estava preocupado com o ensino militar em todos os níveis e o conselho para que seu filho estudasse as decisões dos Grandes Capitães não deve obscurecer o fato de que ele acreditava muito em História Militar nas escolas de seus oficiais e, também, como assunto prático para pesquisas.

A História pode ser tornada utilizável em todos os níveis. O futuro Marechal-de-Campo Erwin Rommel não estava necessariamente pensando nos comandantes de corpos-de-exército do futuro, quando escreveu *A Infantaria Ataca*, em 1937. Na verdade, suas lições, deduzidas das experiências de seu batalhão na Primeira Guerra Mundial, poderiam ter tido o valor para qualquer oficial subalterno ou superior. Por exemplo, ao descrever os acontecimentos testemunhados em setembro de 1914, Rommel conclui:

“A guerra sobrecarrega extremamente o físico e o sistema nervoso dos soldados. Por isso, nos exercícios em tempo de paz, exija muito de seus homens.

“É difícil manter o contato sob a neblina... As progressões em meio à neblina, com uso da bússola, devem ser bem praticadas, pois a fumaça será empregada com frequência. Num combate de encontro em meio à neblina, o lado que conseguir a máxima potência de fogo logo que houver o contato levará vantagem. Portanto, mantenham as metralhadoras prontas para emprego a qualquer momento, durante a progressão.

“Todas as unidades devem prover sua própria segurança. Isto é particularmente verdadeiro em terrenos compartimentados e quando enfrentamos um inimigo dotado de grande mobilidade.

“Trabalho de sapa demais é melhor do que de menos. O suor poupa sangue.

“Os postos de comando devem estar dispersos. Não escolham uma elevação muito visível para sua localização.

“No combate em florestas, o exemplo do comandante só é eficaz para aqueles que se encontram em sua vizinhança imediata.

“A chuva favoreceu ao atacante.”⁴⁰

Rommel tirou as próprias conclusões de suas experiências, mas um leitor perspicaz provavelmente poderia tê-las extraído para si mesmo.

Essas observações não passaram despercebidas a Patton, que provavelmente compartilhou de experiências semelhantes e que tinha estado envolvido com a instrução da tropa. Durante a campanha do Sarre, no começo de 1945, ele confidenciou a seu diário:

*“Acordei às 03:00 horas da madrugada e estava chovendo a cântaros. Na verdade, fiquei nervoso, levantei-me e li o livro de Rommel *A Infantaria Ataca*. Foi de muita utilidade, pois ele descrevia toda a chuva que pegou em setembro de 1914 e também o*

39. Citado por John Conell em, *Wavel: Scholar and Soldier* (2 Vol; Londres: Collins, 1964) I, 161.

40. Marechal-de-Campo Erwin Rommel, *Attacks* (Vienna, Va: Athena Press, 1979) pp. 16-60.

fato de que, apesar das fortes chuvas, os alemães prosseguiram.”⁴¹

Como, logo depois, faria o Terceiro Exército.

Outro livro do gênero é *A Infantaria na Batalha*, preparado na Escola de Infantaria em 1934, sob a direção do então Coronel George C. Marshall e revisado quatro anos mais tarde. Escrito com base na hipótese de que “as situações de combate não podem ser resolvidas por meio de regras”, os colaboradores desse livro recorreram a numerosos exemplos da Primeira Guerra Mundial para apresentar, ao leitor, “as realidades da guerra e as condições extremamente difíceis e altamente desconcertantes sob as quais os problemas táticos devem ser resolvidos na presença do inimigo”.⁴²

A História Militar também tem sido usada para testar a capacidade do estudante militar. Em 1891, um coronel inglês publicou um estudo tático da batalha de Spicheren, travada 20 anos antes. Na introdução ele explicou:

*“Para obter, de uma série de acontecimentos, as mesmas e duradouras impressões que ficaram gravadas nas mentes dos que deles participaram – e são essas impressões que criam o instinto – é preciso examinar as situações ocorridas durante as operações tão de perto quanto necessário, para construir um retrato bem claro de toda a cena em nossa mente; é preciso assumir, na imaginação, as responsabilidades dos chefes que foram chamados a enfrentar aquelas situações; é preciso tomar uma decisão e verificar seu acerto à luz do fato efetivamente ocorrido.”*⁴³

41. Blumenson, II, 571.

42. US Army, *Infantry in Battle* (Washington, US Army, 1939), introduction.

43. G.F.R. Henderson, *The Battle of Spicheren...* 2ª ed. (Londres: Gale & Polden, 1909) pp. vi-vii.

APRENDENDO COM A HISTÓRIA

Aquilo que Frederico, Napoleão, Rommel, Patton, Wavell e muitos outros aqui citados tiveram em comum pode ser sintetizado em uma palavra: leitura. Um general inglês do século XVIII instou os jovens oficiais a dedicarem todo minuto de folga à leitura da História Militar, “a mais instrutiva de todas as leituras”.⁴⁴

“*Livros!*” um velho e anônimo soldado durante as guerras napoleônicas fingia resmungar. “*Que são eles se não os sonhos de pedantes? Eles podem ter produzido um Mack, mas terão eles, alguma vez, feito um Xenofonte, um César, um Saxe, um Frederico ou um Bonaparte? Quem deixaria de rir, ao ouvir o sapateiro de Atenas querendo ensinar a Anibal a arte da guerra?*”

“*De fato,*” é sua própria réplica, “*mas como você não é Anibal, ouça o sapateiro*”.⁴⁵

Como hoje em dia a grande maioria dos oficiais possui títulos universitários, com uma boa porcentagem tendo feito cursos de pós-graduação, provavelmente há muito tempo eles já passaram da fase em que poderiam tirar real proveito de uma conferência convencional sobre História, com sua ênfase nos fatos e a expectativa de uma clara conclusão. A questão principal, portanto, passa a ser: como nós vamos ensiná-los a aprender com a História? J.F.C. Fuller, co-autor da idéia que mais tarde viria a ser conhecida como *blitzkrieg*, pensava nesse problema, quando se dirigiu a uma turma da Escola de Estado-Maior britânica, poucos anos após a Primeira Guerra Mundial.

44. *A Series of Letters recently written by a General Officer to his Son, on his entering the Army...* 1ª ed. americana (Salem: Cushing and Appleton, sem data) I, v.

45. *Hints to Young Generals*, por um velho soldado (John Armstrong) (Kingston: J. Buel, 1812) pp. 7-8.

“Enquanto não aprenderem a ensinar a vocês mesmos”, disse ele aos seus alunos, “nunca serão ensinados pelos outros”.⁴⁶

Fuller não esclareceu como isso seria alcançado, mas provavelmente, insistiria em que ensinar o oficial a ensinar a si próprio deveria ser o objetivo explícito de todo curso de História Militar. Certamente ele concordaria que nenhum desses cursos pode mesmo produzir bons resultados se o oficial, a cada meia dúzia de anos ao longo da carreira, realiza não mais do que um curso com apenas poucos meses de duração; e especialmente se, nesse processo, ele adquiriu pouca compreensão da História como disciplina ou se não percebeu suficientemente como ela pode ser usada e abusada. Um leitor tão comprovadamente ávido como Fuller — que, aos 83 anos, confessou ter vendido recentemente todos os livros de sua biblioteca que ele não poderia ler nos próximos 10 anos — argumentaria que não existe sentido em nenhum curso de História em que o aluno, ao seu final, não seja incentivado a passar algum tempo esmiuçando o assunto por conta própria. “Os livros”, Fuller escreveu certa vez, “sempre foram minhas mais fiéis companhias”.⁴⁷

Todo estudante de História deve aprender a identificar-se com os homens e os acontecimentos sobre os quais lê, procurando acima de tudo compreender seus problemas e aceitar o passado em seus próprios termos. O estudante deve também aprender a fazer perguntas, não necessariamente ao instrutor, mas ao seu material e especialmente a si mesmo. Normalmente, os historiadores se

preocupam mais em fazer as perguntas certas do que em encontrar respostas definitivas, pois sabem pela experiência que nenhum documento ou livro pode responder a uma pergunta que nunca é feita. Por exemplo, tivesse Patton lido o livro de Rommel quando o Sol estivesse brilhando e tudo correndo bem, e ele provavelmente nunca teria prestado atenção à observação de que a chuva parecia favorecer ao atacante. Canas foi importante para Schlieffen, porque o duplo envolvimento conseguido por Anibal sugeriu um método pelo qual uma batalha de aniquilação poderia ser travada contra a França e a Rússia. Mas para o Coronel Ardant du Picq, o mais destacado teórico militar francês da década de 1860, Anibal foi um grande general por uma razão bem diferente — “sua admirável compreensão do moral em combate, do moral do soldado”.⁴⁸ Os dois homens estavam buscando soluções para problemas diferentes e, ao lerem sobre Canas, cada um respondeu segundo seus interesses pessoais.

No exército de antigamente, quando havia bastante tempo de folga para leitura, equitação ou um jogo de golfe, provavelmente se compreendia que o peso da aprendizagem com a História Militar deve recair sobre o oficial. A visita histórica que se fazia todos os anos aos campos-de-batalha da Guerra Civil — preservados por ato do Congresso, “para estudos históricos e profissionais militares”⁴⁹ — envolvia diretamente os alunos do War College em infindáveis diálogos entre o passado e o presente. Frequentemente, os alunos, nos locais dos acontecimentos,

46. J.F.C. Fuller, *Memoirs of an Unconventional Soldier* (Londres: Ivor Nicholson and Watson, 1936) pp. 417-18.

47. J.F.C. Fuller, *The Last of the Gentlemen's Wars...* (Londres: Faber and Faber, 1937) p. 212. Em 1961, Fuller disse ao autor que ele estava se desfazendo dos livros que não podia esperar ler nos próximos dez anos.

48. Ardant du Picq, *Battle Studies: Ancient and Modern Battle* (Harrisburg: Military Service Publishing Co., 1974) p. 68.

49. Ronald F. Lee, *The Origins and Evolution of the National Military Park Idea* (Washington: Office of Park Historic Preservation, 1973) pp. 33-35.

eram perguntados sobre como teriam resolvido algum problema tático ou de comando e controle com que se tinha defrontado algum comandante durante a batalha. “Não é desejável ter as perguntas respondidas”, especificavam as instruções. “Alguns saberão a resposta, mas todos que a ignoram farão a pergunta a si mesmo.”⁵⁰

Essa é a única maneira de aprender com a História. O livro-texto ou o instrutor pode organizar as informações, mas somente o aluno pode colocá-las em funcionamento. “*Simplesmente engolir alimentos ou opiniões,*” Fuller nos lembra, “*não significa digerir-los e sem digestão o ato de engolir não passa de trabalho perdido e alimento jogado fora*”.⁵¹

Hoje existe tanto falta de “trabalho” quanto de “alimento”, pois outras prioridades orçamentárias e a escassez de pessoal forçaram severos cortes nos cursos de História do Exército.

Todavia, isso de certa forma não nos deixa ver o verdadeiro problema, pois não se deve concluir, necessariamente, que a solução deve ser mais dinheiro e instrutores. Um curso formal de História Militar, conquanto desejável, não é a única maneira e pode, de fato, não ser a melhor maneira de ensinar os alunos a ensinarem História a si mesmos, que é o objetivo. George C. Marshall, como futuro chefe do Estado-Maior do Exército, considerava seus dois anos na Escola de Estado-Maior do Exército, em 1906-1908, como tendo sido “imensamente instrutivos”, mas não por causa da qualidade dos cursos. “A associação com os oficiais, as leituras que fazíamos e os debates...

tiveram tremendo efeito... aprendi pouco que pudesse usar”, Marshall escreveu, mas “aprendi a aprender... Meus hábitos de pensar estavam sendo treinados”.⁵²

As palavras de Marshall tocam a essência da utilidade da História. A História Militar pode ser de valor duvidoso para o futuro imediato (se tivéssemos que travar a Terceira Guerra Mundial na semana que vem, por exemplo), mas entre os capitães atualmente matriculados nos cursos regulares do Exército encontram-se os mais altos administradores e chefes de amanhã e nem todos os diplomados na próxima turma dos War Colleges passarão para Reserva nos próximos seis ou oito anos. Aqueles que permanecerem irão se beneficiar de tudo que possa aumentar sua compreensão da sociedade, de outros exércitos, do processo político, da liderança, da natureza da guerra, da evolução da doutrina e de dezenas de áreas semelhantes da atividade humana, nas quais a História, estudada por um leitor inteligente e inquisitivo, ainda pode ser de marcante utilidade para o militar moderno.

A qualquer conjunto de máximas, não importa sua origem, talvez as seguintes frases literárias devessem ser acrescidas:

- *A História que permanece intocada em livros que não são lidos não tem valor.* (Clark Becker)

- *Se você quer uma idéia nova, leia um velho livro.* (Lord Lytton)

- *É o bom leitor que faz o bom livro.* (Ralph Waldo Emerson)

- *Um livro é como um espelho. Se um asno olhar, nenhum profeta vai ser refletido.* (George Lichtenberg). □

50. US Army War College, “*Memorandum: Instructions for students designated to present on Historical Ride*”, Fort Humphreys. D.C., 4 de maio de 1937.

51. Fuller, *Memoirs of an Unconventional Soldier*, p.417.

52. Citado em Forrest C. Pogue, *George C. Marshall: Ordeal and Hope 1939-1942* (Nova York: Viking Press, 1966) p. 101.



Agropecuária

Arames farpados.
Arames ovalados.
Cordoalhas para curral.
Distanciadores para cerca.
Grampos galvanizados para cerca.
Arames para enfardamento de algodão.
Arames para vinhedos.

Eletrificação e Telecomunicação

Arames galvanizados de uso em telefonia e telegrafia.
Arames galvanizados para almas de cabos de alumínio.
Cordoalhas de aço galvanizadas para pára-raios.
Cordoalhas de aço galvanizadas para estais, mensageiros, tirantes em linha de transmissão e aplicações similares.

Construção Civil

Tela soldada.
Arames recozidos para amarração.
Arames de relaxação normal e de relaxação baixa para concreto protendido.
Cordoalhas de relaxação normal e de relaxação baixa, de 2, 3 e 7 fios para concreto protendido.

**Além desta, os produtos
Belgo-Mineira
têm utilidades
que você nem imagina.**

Todos eles com a qualidade Belgo-Mineira, uma empresa de produção diversificada e sólida como o aço. É por isso que ela está entre as oito maiores empresas privadas nacionais.



**Companhia Siderúrgica
Belgo-Mineira**

Indústria e Uso Geral

Arames para fabricação de parafusos auto-roscantes, parafusos para madeira, porcas, arruelas, esferas, etc.
Arames galvanizados qualidade industrial.
Arames para telas de alambrado.
Arames recozidos.
Arames para pregos.
Arames galvanizados e cobreados para grampeação.
Arames cobreados para solda sob atmosfera gasosa (CO₂), ao arco submerso e oxiacetilênica.
Arames para eletrodos revestidos.
Arames galvanizados para gabiões.
Arames para molas mecânicas.
Arames para molas de estofados.
Arames para raios de bicicletas e motocicletas.
Arames para enfardamento de celulose.
Arames para lã de aço.
Arames para cabo de escova, grampo de cabelo, anzóis.
Arames para cabos.
Arames para a pesca da lagosta.
Arames para fabricação de cordonéis para pneus radiais de aço.



Democracia Direta¹

Mario Rotberg*

O autor visualiza, neste artigo, a tendência do exercício da Democracia, na Era das Telecomunicações, da Informática.

O mundo assiste, hoje, a um crescente nível de manifestações no sentido da reorganização estrutural dos sistemas políticos.

Isto deve-se a várias razões que, entretanto, convergem para a exigência irrefreável de mudanças, face ao fracasso das experiências historicamente recentes de arregimentação sócio-política, em bom número de países. Suas populações resistem à exclusão do processo político e as estruturas político-econômicas envelhecidas e ancilosas, estalam por não perceberem e não atenderem à aceleração de exigências que está sofrendo a evolução da sociedade humana.

Bem o dizia Julian Huxley, com profundo sentido perceptivo: "Com a escrita, a História tem sido, pelo menos, cem mil vezes mais rápida do que a da evolução pré-humana."

"Inventos e melhorias, registrados por sua envergadura e que levaram cinquenta mil anos para se concretizar durante a primeira era do paleolítico, foram numericamente percorridos num mero milênio e, com a civilização fixada pela sedentariação, as unidades contabilizadas comparativamente na transformação da História passaram a ser coisa de uma centúria."

O que então, perguntamos nós, que dizer dos dias atuais, quando sabemos que, das últimas 800 gerações, à média de 50 anos cada, 650 foram vividas nas cavernas, 70 conheceram novos sinais na arte rupestre e a possibilidade de comunicação pela escrita, 6 pela palavra impressa, 4 conheceram a possibilidade de mensuração do tempo, 2 o uso do motor elétrico, 1 a geração da informática e, hoje, no presente, a tremenda expansão

* Economista, Professor e Conferencista, integrante o Corpo Permanente da Escola Superior de

Guerra (ESG).

1. Selecionado pelo PADECEME.

da complexidade universalizada do conhecimento pela comunicação.

E o foco central das mudanças foram os ganhos da técnica, da automação na revolução tecnológica, que desvencilharam o ser humano, progressivamente, do trabalho braçal, conotando uma intensa variação na alocação da população economicamente ativa, que se vem desligando dos 100 séculos de agricultura, migrando para 2 séculos de indústria e de serviços e, hoje, penetra, telematicamente ou computronicamente, como querem outros, nesse mundo multimidiático do futuro.

O mundo de hoje é o mundo da aceleração da impermanência, levando a transitoriedade como força social nova e de intenso e fecundo contraponto psicológico. Altera-se a tessitura da própria existência e desprendem-se, por isso, os seres humanos, das velhas maneiras de pensar, de sentir e de se adaptar, ajustando-se, velozmente, à irradiação instantânea dos eventos contemporâneos.

Porém, para o tecido das relações políticas propriamente ditas, é importante apenas uma ilustração marcante: a do retrato populacional que apresentava, em 1850, só 4 cidades no mundo com mais de 1.000.000 habitantes. Em, 1900, já eram 19 e, em 1960, 141. E a prospectiva aponta, para o final do século, mais de 30 cidades, não com 1.000.000 de pessoas, mas com 10.000.000 de habitantes. Não há dúvida de que tal fato é um fator de efervescência social, por diminuição do espaço social e político entre os homens, e pelo aumento de fricções conseqüentes que estão a exigir mudanças organizacionais da sociedade.

O PODER DA COMUNICAÇÃO

Corroborar, para esse sentido irrepresável de mudanças, a ascensão verdadeiramente revolucionária da comunicação, que modifica padrões de comportamento e instiga a aceleração de mudanças calcadas em efeitos demonstração, alimentados, crescentemente, pelas conquistas científico-tecnológicas da informação à base de satélites e redes que se amalgamam, criando verdadeiramente um novo importante protagonista político: a mídia.

Quando a idéia criadora nas diferentes áreas do conhecimento ganha o patamar de idéia exequível e quando a inovação tecnológica a difunde amplamente pela sociedade na direção de sua aplicação prática, está formada a corrente de força que exige mudanças. Daí porque é necessário compreender que a tecnologia da informação é, inquestionavelmente, uma força da maior importância, atuando por detrás e como impulso acelerativo das mudanças.

Não é por acaso que está, atualmente, na lide política, ao lado da globalização econômica, o nacionalismo cultural ressurgente, como, também, não o é o reconhecimento de um número infinito de questões a mostrar a heterogeneidade de requisições sociais que se espalham por infinitas unidades de diferente colorido cultural que ascendem dos indivíduos, às informações grupais de reivindicações a serem atendidas.

Por outro lado, a veiculação do desapontamento com o charme do sistema estatal socialista, que se afogou num estado desproporcional, agigantado e paralisante, como organismo básico e coordenador do sistema político, acabou com as ilusões de sua superioridade como sistema. E, hoje, burocracias estatais ainda crescentes erigem, teimo-

samente, uma complexidade avidamente abrangente, ineficiente e ineficaz, para o tratamento do espaço social configurado. Mas, por sua incapacidade, fazem resplandecer, testemunhando a existência de uma tendência de sentido neoliberal, a diminuição da estrutura estatal, bem como o refreio de sua expansão tentacular, como nova esperança. Tal fato fornece, na atualidade, os elementos propriamente políticos, para as considerações a serem mobilizadas e discutidas quanto à melhor forma de atender com eficiência e eficácia ao sentido verdadeiramente representativo daquilo que desejam as populações.

Diferentemente dos *status quo* da confrontação ideológica entre os Estados políticos totalitários, ditatoriais, autocráticos, de um lado e de outro a democracia clássica resistente, porém envelhecida e que também promete sem, contanto, concretizar soluções para as aspirações das populações em diferentes países do globo, o que se busca é uma nova forma de engenharia político-social, pragmática e efetiva na concretização de medidas que atendam às demandas populares.

O IDEAL DA MUTAÇÃO

Não há dúvida de que se está num ponto de mutação. E o que cresce como exigência inegável é o processo de uma prática correspondente a um ideal teórico filosófico da democracia, em que não haja incongruência entre a prática e o verdadeiro entendimento do significado efetivo da Democracia.

Não vingou, até o presente, o pensamento de Aristóteles ao definir a democracia para o seu tempo.

“A democracia é um estado onde os homens livres e os pobres, sendo a maioria, são investidos com o poder de Estado”.

“A mais pura democracia é aquela que assim pode ser chamada, principalmente por proceder da igualdade, para isto, é que a lei nesse estado se dirige. Isto é, em que os pobres não estarão em maior sujeição à lei do que os ricos e nem a supremacia do poder seja concedida a um ou outro deles, porém, que ambos conjuntamente o desfrutem. Se a liberdade e a igualdade, como algumas pessoas entendem são, sobretudo, os alicerces de uma democracia, esta deve existir em todo departamento governamental e estar disponível para todos e, se o povo é a maioria, o que ele decide torna-se lei. Segue-se, então, que esse estado deve ser a democracia.”

E, M.I. Finley, na justificação de Aristóteles, confirma ter sido a democracia ateniense de cidadãos uma democracia direta e não representativa, por dois aspectos.

O comparecimento à Assembléia soberana aberto a todo cidadão e não havia burocracia ou funcionários públicos, exceto uns poucos escriturários, escravos de propriedade do Estado, que faziam os registros necessários e inevitáveis como cópias de tratados e leis, listas de contribuintes inadimplentes e de punibilidade a sentenciados pela Assembléia popular.

A Assembléia detinha a palavra final na guerra e na paz, nos tratados, nas finanças, na legislação, nas obras públicas, em suma, na totalidade das atividades governamentais. Péricles sempre a consultou, e sua forma era o comício a céu aberto com milhares de cidadãos, acima de 18 anos, que quisessem participar em determinado dia das 40 sessões anuais. Todos os presentes tinham o direito de participar, tomando a palavra no seu direito universal de falar ou a “Isegoria”